

AUTORIZAÇÃO Nº 10856 /2014

I. Pedido

Cecília Georgina Domingues Gonçalves Barros, no âmbito do seu Mestrado em Ciências da Educação, notificou à Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd) um tratamento de dados pessoais com a finalidade de realização de um estudo observacional denominado “Alunos com Perturbação do Espectro do Autismo (PEA) e *Bullying* em Contexto Escolar”.

Através deste estudo a responsável pretende contribuir para resolver ou minimizar as lacunas existentes face à problemática do Bullying associado a jovens com Autismo de Funcionamento Elevado (Síndrome de Funcionamento Elevado), de modo a repensar estratégias preventivas e interventivas ao nível deste fenómeno, bem como minimizar o sentimento de isolamento dos alunos com Autismo de Funcionamento Elevado perante os colegas e a opressão sentida pelas exigências do dia-a-dia. E assim contribuir para o aumento do conhecimento científico sobre esta temática e para melhores práticas na Escola e na Sociedade inclusiva.

O estudo será feito em contexto escolar, numa escola do 2.º ciclo da região Norte onde existem alunos com idades entre os 10 e os 11 anos com PEA, numa turma de 2.º ciclo envolvida pelo fenómeno de *bullying* e também na Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger (APSA).

A metodologia do estudo consiste na realização de entrevistas aos vários membros da comunidade educativa: diretor, professor regular, professor de educação especial, pais, auxiliar e grupo de pares. As entrevistas serão gravadas em formato áudio.

As entrevistas serão semi-estruturadas aplicadas na forma semi-diretiva, com questões abertas e não rígidas, pois têm como meta investigar e obter um

entendimento profundo das percepções, representações, significações, conceitos, pontos de vista, opinião crítica e experiências que os vários intervenientes da comunidade educativa têm acerca da problemática, pelo que os instrumentos utilizados serão

A investigadora solicitará consentimento informado aos titulares dos dados para participação no estudo e para gravação das entrevistas.

II. Análise

Porque em grande parte referentes à saúde e à vida privada, os dados recolhidos pela requerente têm a natureza de sensíveis, razão pela qual o respetivo tratamento só pode basear-se no consentimento expresso, esclarecido e livre dos titulares dos dados, ou dos seus representantes legais nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro (Lei de Protecção de Dados - LPD).

Entende-se por consentimento qualquer manifestação de vontade, livre, específica e informada, nos termos da qual o titular ou o seu representante legal aceita que os seus dados sejam objeto de tratamento, o qual deve ser obtido através de uma “declaração de consentimento informado” onde seja utilizada uma linguagem clara e acessível.

Nos termos do artigo 10.º da LPD, a declaração de consentimento tem de conter a identificação do responsável pelo tratamento e a finalidade do tratamento, devendo ainda conter informação sobre a existência e as condições do direito de acesso e de retificação por parte do respetivo titular.

Além do consentimento dos participantes no estudo, porque haverá recolha de dados de menores (grupo de pares), terá de haver consentimento pelos representantes legais, devendo o estudo ter em conta o superior interesse dos menores.



A informação tratada é recolhida de forma lícita (cfr. alínea *a*) do n.º 1 do artigo 5.º da LPD), para finalidades determinadas, explícitas e legítimas (cfr. alínea *b*) do mesmo artigo).

As gravações deverão ser guardadas de modo a que seja garantida a segurança dos dados, em local de acesso reservado.

III. Conclusão

Em face do exposto, a CNPD autoriza o tratamento de dados pessoais *supra* apreciado, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º, da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 28.º e do n.º 1 do artigo 30.º da LPD, consignando-se o seguinte:

Responsável pelo tratamento: Cecília Georgina Domingues Gonçalves Barros;

Finalidade: Estudo observacional sobre “Alunos com Perturbação do Espectro do Autismo (PEA) e *Bullying* em Contexto Escolar”;

Categoria de Dados pessoais tratados: voz; sexo; idade; habilitações académicas; ano de escolaridade (para os alunos); profissão; função desempenhada; convicções filosóficas; vida privada; dados de saúde; vida profissional; experiências profissionais; suspeita de atividades ilícitas.

Entidades a quem podem ser comunicados: Não há.

Formas de exercício do direito de acesso e retificação: Junto da responsável pelo tratamento dos dados.

Interconexões de tratamentos: Não há.

Transferência de dados para países terceiros: Não há.

Prazo de conservação dos dados: Até ao fim do estudo.

Lisboa, 18 de novembro de 2014

Filipa Calvão (Presidente)